



1º Simulado

Juiz

TRF 3

# Simulado Juiz TRF 3º Região

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso para Juiz do TRF 3º;
- 2 – A prova contém **100 questões** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões A, B, C, D.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

**PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-Juiz-TRF3-31-10-2021>**

- |              |              |              |              |               |
|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|
| 01 – A B C D | 21 – A B C D | 41 – A B C D | 61 – A B C D | 81 – A B C D  |
| 02 – A B C D | 22 – A B C D | 42 – A B C D | 62 – A B C D | 82 – A B C D  |
| 03 – A B C D | 23 – A B C D | 43 – A B C D | 63 – A B C D | 83 – A B C D  |
| 04 – A B C D | 24 – A B C D | 44 – A B C D | 64 – A B C D | 84 – A B C D  |
| 05 – A B C D | 25 – A B C D | 45 – A B C D | 65 – A B C D | 85 – A B C D  |
| 06 – A B C D | 26 – A B C D | 46 – A B C D | 66 – A B C D | 86 – A B C D  |
| 07 – A B C D | 27 – A B C D | 47 – A B C D | 67 – A B C D | 87 – A B C D  |
| 08 – A B C D | 28 – A B C D | 48 – A B C D | 68 – A B C D | 88 – A B C D  |
| 09 – A B C D | 29 – A B C D | 49 – A B C D | 69 – A B C D | 89 – A B C D  |
| 10 – A B C D | 30 – A B C D | 50 – A B C D | 70 – A B C D | 90 – A B C D  |
| 11 – A B C D | 31 – A B C D | 51 – A B C D | 71 – A B C D | 91 – A B C D  |
| 12 – A B C D | 32 – A B C D | 52 – A B C D | 72 – A B C D | 92 – A B C D  |
| 13 – A B C D | 33 – A B C D | 53 – A B C D | 73 – A B C D | 93 – A B C D  |
| 14 – A B C D | 34 – A B C D | 54 – A B C D | 74 – A B C D | 94 – A B C D  |
| 15 – A B C D | 35 – A B C D | 55 – A B C D | 75 – A B C D | 95 – A B C D  |
| 16 – A B C D | 36 – A B C D | 56 – A B C D | 76 – A B C D | 96 – A B C D  |
| 17 – A B C D | 37 – A B C D | 57 – A B C D | 77 – A B C D | 97 – A B C D  |
| 18 – A B C D | 38 – A B C D | 58 – A B C D | 78 – A B C D | 98 – A B C D  |
| 19 – A B C D | 39 – A B C D | 59 – A B C D | 79 – A B C D | 99 – A B C D  |
| 20 – A B C D | 40 – A B C D | 60 – A B C D | 80 – A B C D | 100 – A B C D |

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

Nelma Fontana

**01.** Ao longo do tempo, diferentes conceitos da palavra Constituição foram defendidos por distintos idealizadores, conforme o momento histórico e segundo a concepção de Estado adotada. A ideia de que o fundamento da Constituição não está em uma norma jurídica precedente e nem em si mesma, mas na vontade política que a antecede retrata o sentido

- a) sociológico de Constituição.
- b) político de constituição.
- c) normativo de Constituição.
- d) ontológico de Constituição.

**02.** Decreto do Presidente da República excluiu a previsão de adaptação das provas físicas para candidatos com deficiência e fixou que os critérios de aprovação dessas provas poderão seguir os mesmos aplicados aos demais candidatos. Acerca do ato do Executivo, de acordo com a Constituição Federal, e nos termos do posicionamento do Supremo Tribunal Federal, aponte a única alternativa incorreta.

- a) Adaptações adicionais, nas provas físicas, de tecnologias assistivas além daquelas que o candidato com deficiência já utiliza, fere a isonomia entre os candidatos e faz prevalecer o interesse privado sobre o interesse público.
- b) É inconstitucional a interpretação que exclui o direito de candidatos com deficiência à adaptação razoável em provas físicas de concursos públicos.
- c) É inconstitucional a submissão genérica de candidatos com e sem deficiência aos mesmos critérios em provas físicas, sem a demonstração da sua necessidade para o exercício da função pública.
- d) A exclusão da previsão de adaptação das provas físicas para candidatos com deficiência viola o bloco de constitucionalidade composto pela Constituição Federal e pela Convenção

Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, incorporada à ordem jurídica brasileira com o "status" de Emenda Constitucional.

**03.** O Rio Grande do Sul pretende, mediante lei estadual, após consulta prévia à população diretamente interessada, tendo sido apresentado estudo de viabilidade, criar novo município a partir de desmembramento. Acerca do caso narrado, aponte a alternativa correta, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal e nos termos expressos na Constituição Federal.

- a) A Constituição Federal veda a secessão, de forma que aos Estados-membros é vedada a criação de novos municípios por desmembramento de município existente.
- b) A competência para a formação de novos municípios, por fusão ou por desmembramento, é da União, por meio de lei complementar.
- c) O Rio Grande do Sul está autorizado a formar novos municípios, por fusão ou por desmembramento, uma vez que o resultado do plebiscito foi favorável e houve publicação de estudo de viabilidade. Entretanto, o assunto é reservado à lei complementar estadual.
- d) O Rio Grande do Sul não poderá criar novo município antes da publicação de lei complementar federal estabelecendo o período em que a competência poderá ser exercida.

**Simuldo Juiz TRF 3º região - 31/10/2021**

**04.** A Lei de Organização Judiciária do Estado do Ceará estabeleceu como requisito de ingresso na carreira da magistratura, no cargo de juiz substituto, a idade mínima de 23 anos e a idade máxima de 45 anos, contados no dia da inscrição. A respeito do tema, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, aponte a alternativa correta.

a) A norma estadual é inconstitucional, uma vez que a Constituição Federal estabelece como limite máximo a idade de 65 anos.

b) O dispositivo da lei do Ceará é inconstitucional, por usurpação da competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal para apresentar projeto de lei complementar que disponha sobre o Estatuto da Magistratura.

c) A legislação estadual em nada afronta a Constituição Federal, uma vez que a Lei Maior não trata de limite etário para ingresso no cargo de juiz substituto.

d) A norma estadual é inconstitucional, uma vez que a organização da magistratura é assunto que só pode ser disciplinado na Constituição estadual.

**05.** Lei do estado da Paraíba estabeleceu que, durante a vigência de carência contratual, as operadoras de planos de saúde no âmbito do ente federativo não poderão recusar atendimento ou prestação de qualquer serviço aos seus usuários que estejam com quadro clínico ainda não diagnosticado ou com diagnóstico positivo de contaminação pela COVID-19. A respeito do caso narrado, conforme se depreende do texto da Constituição Federal e segundo jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, aponte a única alternativa incorreta.

a) A lei estadual é inconstitucional, uma vez que a competência para legislar sobre Direito Civil, Comercial e Política de Seguros é privativa da União.

b) O Legislativo estadual não pode, sem delegação de competência da União, inovar sobre a imposição

de períodos de carências pelas operadoras de planos de saúde.

c) A lei estadual é constitucional, porque dispõe sobre proteção ao consumidor e sobre saúde, assuntos que são da competência concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal.

d) A lei da Paraíba apresenta uma inconstitucionalidade orgânica que pode ser combatida por meio da ação direta de inconstitucionalidade.

**06.** O estado de Roraima, por emenda à Constituição, instituiu procuradoria jurídica própria para a Universidade estadual, apartada da Procuradoria-Geral do Estado, com carreira e estrutura próprias. A respeito do caso narrado, segundo orientação do Supremo Tribunal Federal e consoante redação da Constituição Federal, indique a assertiva correta.

a) A unicidade é princípio que rege a advocacia pública, de modo que é vedada a criação de procuradorias autárquicas e fundacionais próprias, salvo as que já existiam antes da entrada em vigor da Constituição Federal de 1988.

b) A Universidade goza de autonomia suficiente para instituir a sua procuradoria jurídica própria, apartada da Procuradoria-Geral do Estado.

c) A Procuradoria-Geral do Estado promove a representação e a assessoria jurídica dos Estados-membros, compreendida apenas a administração pública direta.

d) A Emenda à Constituição de Roraima é inconstitucional, porque a procuradoria da Universidade somente poderia ser instituída por lei de iniciativa da própria Universidade.

**Simuldo Juiz TRF 3º região - 31/10/2021**

07. Três meses após a posse de João, Presidente da República, a Câmara dos Deputados, por decisão de 3/5 de seus membros, autorizou a abertura de processo por crime de responsabilidade contra o Chefe do Executivo. Encerrada a instrução, tendo sido cumprido o rito processual, o Senado Federal, por decisão de 61 Senadores, condenou João, fato que gerou a aplicação das penas de perda do mandato e inabilitação por oito anos.

A respeito do caso narrado, aponte a única alternativa correta.

- a) Em decorrência da inabilitação, pelo período de oito anos, João não poderá exercer direitos políticos ativos e nem direitos políticos passivos.
- b) O rito do processo de *impeachment* não observou o regramento constitucional, uma vez que o quórum necessário para autorizar a abertura de processo por crime de responsabilidade é o de 2/3 do total de membros da Câmara dos Deputados.
- c) No Senado Federal, 41 votos seriam suficientes para condenar o Presidente da República por crime de responsabilidade, pois o quórum exigido pela Constituição Federal é o de maioria absoluta.
- d) No processo por crime de responsabilidade, eventual condenação enseja apenas a perda do cargo, não se admitindo a aplicação de inabilitação.

08. O Presidente da República, durante uma coletiva de imprensa, afirmou que mulheres não deveriam ocupar cargos públicos, porque são frágeis. Incisivamente, defendeu que o papel da mulher na sociedade é o de “rainha do lar” e que a inobservância dessa atribuição, que é a vontade divina, tem causado problemas sociais no Brasil, sobretudo a violência doméstica. Após o discurso eloquente, o Chefe do Executivo exonerou todas as mulheres ocupantes de cargos públicos comissionados na Administração Pública Federal e recomendou fortemente que Governadores e Prefeitos adotassem a mesma postura. A respeito do caso narrado, aponte a alternativa correta à luz da Constituição Federal.

- a) O Presidente da República é inviolável civil e penalmente por suas opiniões e palavras, motivo pelo qual não poderá ser responsabilizado.
- b) O Presidente da República poderia ter sido preso em flagrante por racismo, crime inafiançável, sujeito à pena de reclusão. Na situação, a Câmara dos Deputados, por decisão de dois terços de seus membros, poderia decidir pela concessão da liberdade ao Chefe do Executivo.
- c) O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não poderia ser responsabilizado pelo ato, que é estranho ao exercício de suas atribuições.
- d) Compete ao Supremo Tribunal Federal, após autorização da Câmara dos Deputados, processar e julgar o Presidente da República pelo crime praticado. Após instauração do processo, o Presidente deve ser afastado do cargo por até 180 dias.

**09.** O Presidente da República, tendo ouvido o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública, decretou a intervenção federal no estado Alfa. No decreto, fixou o prazo de 180 dias, nomeou João da Silva, general do Exército, como interventor e definiu que a intervenção só se daria no âmbito do Executivo, na área de segurança pública. Logo após, encaminhou o decreto para apreciação do Congresso Nacional. A respeito do caso narrado, aponte a alternativa correta.

a) O Presidente da República não poderia ter decretado a intervenção federal sem a autorização do Congresso Nacional.

b) A Constituição Federal, ao exigir a nomeação de interventor, proibiu que a função fosse exercida por militar, uma vez que o regime democrático não admite intervenção militar na autonomia dos entes federativos.

c) O prazo limite para a duração da intervenção federal é de 30 dias, prorrogável uma vez, por igual período.

d) A Constituição Federal exige que o decreto especifique a amplitude, o prazo e as condições de execução da intervenção federal. No caso narrado, o Presidente deixou de listar as condições de execução, tendo atendido as duas primeiras exigências.

**10.** A respeito do processo legislativo constitucional, aponte a única alternativa compatível com a Constituição Federal e com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

a) A Constituição estadual não pode separar matéria para ser disciplinada por lei complementar.

b) O Congresso Nacional, por meio de decreto legislativo, poderá autorizar o Presidente da República a elaborar leis delegadas, obedecidas as limitações constitucionais.

c) Matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, salvo por solicitação da maioria absoluta dos membros de qualquer das casas do Congresso Nacional.

d) No processo legislativo das emendas à Constituição Federal, uma vez aprovada a PEC pelo Legislativo, o Presidente da República terá quinze dias úteis para se manifestar, sancionando ou vetando a proposição.

## **DIREITO PREVIDENCIÁRIO**

Felipe Cavalcanti

**11.** No que tange à competência federal delegada, é correto afirmar que:

a) Havendo sede da justiça federal na comarca, o cidadão pode requerer o benefício de pensão por morte perante a justiça estadual, quando esta tiver concedido a aposentadoria por incapacidade acidentária do segurado falecido.

b) Nos processos ajuizados com base na competência delegada prevista no art. 109 da Constituição, a eventual apelação será remetida para o Tribunal Regional Federal da respectiva jurisdição. Os agravos, todavia, serão julgados pelo Tribunal de Justiça ao qual se vincula o juiz de primeiro grau.

c) De acordo com a legislação atual, somente poderão ser processadas e julgadas na Justiça Estadual as causas em que forem parte instituição de previdência social e segurado quando a Comarca estiver localizada a mais de setenta quilômetros de município sede de vara federal.

d) qualquer ação contra autarquias e fundações públicas federais poderá ser movida perante a justiça estadual, quando a comarca estiver localizada a mais de setenta quilômetros de município sede de vara federal.

**12.** A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e, de acordo com a Constituição Federal, tem por objetivos:

- a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.
- b) cobertura dos eventos de incapacidade temporária ou permanente para o trabalho e idade avançada.
- c) proteção à maternidade, especialmente à gestante.
- d) proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário.

**13.** A Previdência Social existe para garantir a manutenção do indivíduo e de sua família durante os momentos em que o segurado, de maneira temporária ou definitiva, estiver impossibilitado de provê-la.

A respeito da aposentadoria do servidor abrangido por regime próprio de previdência, assinale a alternativa correta:

- a) A aposentadoria por invalidez permanente do servidor federal abrangido pelo regime de que trata o art. 40 da Constituição Federal terá proventos integrais desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável.
- b) Os requisitos de tempo mínimo de 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público e 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, exigidos pelo art. 40, §1º, inciso III, da Constituição, devem ser cumpridos integralmente na unidade federada em que o servidor se aposentar.

c) O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, quando insuscetível de readaptação, hipótese em que será obrigatória a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria, na forma de lei do respectivo ente federativo.

d) A aposentadoria por invalidez do servidor abrangido pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal terá proventos proporcionais ao tempo de contribuição, se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei.

14. De acordo com o art. 201 da Constituição, a maternidade deve ser obrigatoriamente atendida pelo Regime Geral de Previdência Social. No que tange ao salário-maternidade, julgue as assertivas abaixo.

I - a segurada terá direito ao benefício em caso de aborto não criminoso, por período de duas semanas.

II – um homem somente poderá receber o benefício – pelo prazo remanescente – caso sua esposa ou companheira, segurada, falecer no curso do pagamento do salário-maternidade.

III – o salário-maternidade independe de carência.

IV – o benefício terá a duração de 120 dias, com início no período entre 28 dias antes do parto e a data de ocorrência deste, podendo ser prorrogado por duas semanas em razão de critérios médicos e por 60 dias caso a empresa se adeque aos termos do Programa Empresa Cidadã.

V – o salário-maternidade corresponde a um doze avos da soma dos doze últimos salários-de-contribuição, apurados em período não superior a quinze meses, não podendo ultrapassar o equivalente à remuneração de um Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Estão corretos:

- a) apenas os itens I, II e IV;
- b) apenas os itens II, III e V
- c) apenas os itens I e IV;
- d) apenas os itens IV e V;

## DIREITO PENAL

Michael Procópio

15. A teoria do domínio do fato foi elaborada há vários anos e tratada por diversos autores, como Hans Welzel. Posteriormente, foi desenvolvida por Claus Roxin e, a partir de sua obra, aplicada no Brasil no Caso Mensalão.

Sobre a teoria, assinale a alternativa correta:

- a) A teoria abrange os delitos culposos, separando os autores dos partícipes.
- b) O domínio da vontade abrange os casos de erro, coação e aparatos organizados de poder, que, para Roxin, equivalem às organizações empresariais.
- c) Roxin aponta a autoria intelectual como hipótese de domínio da vontade, de modo que todo mandante seria o autor por ter o domínio do fato.
- d) O domínio da ação corresponde à autoria imediata; o domínio da vontade corresponde à autoria mediata; e, por fim, o domínio funcional do fato se vincula à coautoria.

**16.** Assinale a alternativa INCORRETA sobre a teoria da imputação objetiva:

a) A teoria da imputação objetiva foi desenvolvida por vários autores, com o escopo de trazer uma análise jurídica para imputação do resultado ao agente. Portanto, deixa-se de realizar a atividade a partir de um ponto de vista exclusivo do dogma causal.

b) Se alguém pratica uma lesão leve e a vítima vai ao hospital, onde morre em um incêndio, houve risco proibido. Entretanto, neste caso o perigo não se realizou no resultado, de modo que a teoria da imputação objetiva pode afastar a responsabilização pela morte.

c) A identificação do risco, segundo entendimento amplamente adotado pela doutrina, deve ocorrer por meio de uma prognose póstuma subjetiva, em razão da vedação da responsabilização objetiva no âmbito penal.

d) Não há imputação do resultado ao agente se ele diminui o risco ao bem jurídico tutelado pela norma, ainda que de sua conduta sobrevenha lesão à vítima.

**17.** Pratica o delito de exploração de prestígio, de acordo com o Código Penal, quem:

a) cobra vantagem com alegação de influenciar um delegado de polícia.

b) solicita dinheiro a pretexto de influir em testemunha em processo trabalhista.

c) promete vantagem indevida a funcionário público para que este retarde ato de ofício.

d) pede vantagem econômica a pretexto de influir no trabalho de um Delegado da Polícia Federal.

**18.** Sófocles, querendo matar Abigail, efetua um disparo de revólver contra este, mas erra o alvo, vindo a atingir Vitória, ferindo esta última, uma criança, levemente no braço. Nessa situação hipotética, conforme legislação aplicável ao caso, Sófocles deverá responder por:

a) homicídio tentado contra Vitória

b) homicídio tentado contra Abigail.

c) lesões corporais contra Vitória.

d) lesões corporais culposas contra Abigail.

**19.** Considerando as disposições do Código Penal sobre a teoria do crime, é correto afirmar que:

a) Crime de perigo concreto é aquele em que o legislador presumiu de modo absoluto a ocorrência de perigo ao bem jurídico em determinada situação, como no tráfico de drogas.

b) O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposo, se previsto em lei. É o chamado erro de tipo, que possui tratamento diverso do erro de proibição.

c) A anterior causa relativamente independente exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado; os fatos anteriores, entretanto, imputam-se a quem os praticou.

d) O dolo que se extrai do Código Penal é o normativo, dada a exigência de consciência da ilicitude para a responsabilização penal.

**Simuldo Juiz TRF 3º região - 31/10/2021**

**20.** Assinale a alternativa INCORRETA sobre a posição jurisprudencial do STJ:

- a) O crime de corrupção passiva é formal.
- b) Para a configuração do delito de corrupção ativa, a norma penal exige que o ato de ofício tenha sido efetivamente praticado.
- c) É admissível a adoção do regime prisional semiaberto aos reincidentes condenados a pena igual ou inferior a quatro anos se favoráveis as circunstâncias judiciais
- d) O princípio da insignificância é inaplicável aos crimes contra a Administração Pública.

**21.** Assinale a alternativa que representa um entendimento consolidado no STJ:

- a) O crime de extorsão consuma-se com a obtenção da vantagem indevida.
- b) A pronúncia é causa interruptiva da prescrição, salvo se o Tribunal do Júri venha a desclassificar o crime.
- c) Presentes a materialidade e a autoria, afigura-se típica, em relação ao crime previsto no art. 184, § 2º, do CP, a conduta de expor à venda CDs e DVDs piratas.
- d) A conduta de atribuir-se falsa identidade perante autoridade policial é atípica, caso praticada em situação de autodefesa.

---

**LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL**

Ivan Marques

**22.** Aponte a alternativa correta quanto às disposições expressas na Lei de Lavagem (Lei 9.613/98):

- a) Não se aplicam as regras gerais do CPP para os processos envolvendo os crimes de lavagem.
- b) O Ministério Público Federal terá acesso, exclusivamente, aos dados cadastrais do investigado que informam qualificação pessoal,

filiação e endereço, independentemente de autorização judicial, mantidos pela Justiça Eleitoral, ficando de fora dessa possibilidade de requisição as administradoras de cartão de crédito, por força de seu sigilo constitucional.

c) Os encaminhamentos das instituições financeiras em resposta às ordens judiciais de quebra de sigilo deverão ser, sempre que determinado, em meio informático.

d) Em caso de indiciamento de servidor público, este será afastado, com prejuízo de sua remuneração, mantidos os demais direitos previstos em lei, até que o juiz federal competente autorize, em decisão fundamentada, o seu retorno.

**23.** Qual das condutas abaixo indicadas não possui relação direta com a tutela probatória no âmbito das organizações criminosas:

a) Recusar ou omitir dados cadastrais, registros, documentos e informações requisitadas pelo juiz, Ministério Público ou delegado de polícia, no curso de investigação ou do processo.

b) Descumprir determinação de sigilo das investigações que envolvam a ação controlada e a infiltração de agentes.

c) Imputar falsamente, sob pretexto de colaboração com a Justiça, a prática de infração penal a pessoa que sabe ser inocente, ou revelar informações sobre a estrutura de organização criminosa que sabe inverídicas.

d) Promover, constituir, financiar ou integrar, pessoalmente ou por interposta pessoa, organização criminosa.

**24.** A respeito das disposições gerais da Lei 8.137/90, aponte a alternativa correta:

- a) Qualquer pessoa poderá provocar a iniciativa do Ministério Público nos crimes descritos nesta lei por força do interesse difuso tutelado.
- b) Os crimes previstos nesta lei são de ação penal pública incondicionada ou condicionada à representação, quando assim o exigir o tipo penal.
- c) O grave dano à coletividade possui natureza jurídica de circunstância agravante.
- d) Quando a venda ao consumidor for efetuada por sistema de entrega ao consumo em que o preço ao consumidor é estabelecido ou sugerido pelo fabricante ou concedente, o ato por este praticado alcança o revendedor, como forma ampla de respeito à vulnerabilidade consumerista.

### **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

Leonardo Tavares

**25.** No que diz respeito à ação penal, assinale a alternativa correta:

- a) Segundo entendimento majoritário dos tribunais superiores, uma denúncia autêntica mas sem a assinatura do promotor de justiça é meramente irregular.
- b) O procedimento judicialiforme foi restabelecido pela Lei 13.964/19 (Pacote Anticrime) e favorece o sistema acusatório.
- c) Quanto ao exercício, classifica-se em pública incondicionada, condicionada à representação do ofendido ou à resolução do Ministério da Justiça.
- d) A representação, ordinariamente, será retratável até a publicação da sentença.

**26.** Considerando os princípios fundamentais do processo penal assinale a alternativa correta:

- a) O princípio da publicidade, inserto no art. 93, IX da Constituição Federal, estabelece que todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, não admitindo qualquer limitação por lei ordinária, a fim de que não prejudique o interesse público à informação.
- b) Os princípios do promotor natural, do duplo grau de jurisdição e da verdade real têm previsão expressa na Constituição.
- c) Em razão do princípio da presunção de inocência, não é possível haver prisão antes da sentença condenatória transitada em julgado.
- d) São princípios constitucionais explícitos, o princípio do contraditório, do juiz natural e da soberania dos veredictos do Júri.

**27.** Acerca da ação civil *ex delicto*, é correto afirmar:

- a) Transitada em julgado a sentença condenatória, a execução poderá ser efetuada pelo valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido, fixado pelo juiz na decisão condenatória, sem prejuízo da liquidação para a apuração do dano efetivamente sofrido.
- b) O ofendido poderá optar por promover a execução, para o efeito da reparação do dano, no juízo cível ou criminal, desde que observe a prevenção em relação àquele que proferiu a sentença.
- c) A execução da sentença penal condenatória, para efeito da reparação do dano, é ato personalíssimo do ofendido e não se estende aos seus herdeiros.
- d) A ação para ressarcimento do dano não poderá ser proposta no juízo cível contra o autor do crime e o responsável civil enquanto pendente ação penal para apuração dos mesmos fatos.

**Simuldo Juiz TRF 3º região - 31/10/2021**

**28.** Julgue os itens a seguir, sobre o inquérito policial, e encontre a alternativa INCORRETA:

- a) Durante o andamento do inquérito, o indiciado poderá requerer à autoridade policial a realização de qualquer diligência.
- b) Caso o delegado de polícia seja amigo íntimo ou inimigo capital do investigado, deverá declarar-se suspeito para os atos do inquérito.
- c) O acesso aos autos do inquérito, por advogado de investigado, devidamente habilitado, implica na prerrogativa de ser intimado previamente em relação a diligências que digam respeito ao seu cliente.
- d) A jurisprudência do STJ admite a possibilidade de instauração de procedimento investigativo com base em denúncia anônima, desde que acompanhada de outros elementos.

**29.** Assinale a alternativa que contém afirmação correta sobre o inquérito policial e disposições preliminares do Código de Processo Penal.

- a) Se o crime for de alçada privada, a instauração de inquérito policial não pode ocorrer de ofício, admitindo-se, porém, requisição da autoridade judiciária.
- b) O relatório final, do que tiver sido apurado no inquérito, é facultativo à autoridade policial, segundo critério de conveniência e oportunidade, considerando que a legislação considera o inquérito dispensável.
- c) Nos ditames da imparcialidade, a participação de membro do Ministério Público na fase investigatória criminal acarreta o seu impedimento ou suspeição para oferecimento da denúncia.
- d) Segundo o Superior Tribunal de Justiça, impede-se o desarquivamento do inquérito policial com vistas a prosseguir as investigações nas hipóteses de decisões judiciais que reconheçam a atipicidade do fato ou a presença de alguma excludente de ilicitude.

**30.** De acordo com o Código de Processo Penal, a lei de natureza processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior. A esse respeito, é correto afirmar que

- a) o ato será disciplinado pela lei vigente ao tempo de sua realização, ainda que seja prejudicial ao acusado.
- b) se o crime for praticado durante a vigência da lei anterior, a nova norma deverá retroagir, de modo a alcançar os atos anteriormente praticados.
- c) em se tratando de lei de natureza processual, considera-se a data do recebimento da denúncia (quando começa o processo) para sua aplicação na ação penal correspondente.
- d) o ato será disciplinado pela lei vigente ao tempo de sua realização, desde que a nova norma não seja prejudicial ao acusado.

**31.** Em relação aos princípios aplicáveis ao Direito Processual Penal, assinale a alternativa correta.

- a) Ao réu deve ser oportunizada a ampla defesa e o contraditório, tanto durante o decorrer da ação penal, quanto em sede de investigação criminal, assegurada a manifestação prévia a todas as decisões, por meio de defensor habilitado.
- b) De acordo com o princípio do juiz natural, nenhuma pessoa poderá ser processada ou julgada senão por órgão jurisdicional competente, não podendo haver alteração por conexão ou continência.
- c) O princípio da identidade física do juiz não tem previsão legal no processo penal, operando-se a analogia com o processo civil.
- d) É nulo o julgamento da apelação se, após a manifestação nos autos da renúncia do único defensor, o réu não foi previamente intimado para constituir outro.

**32.** De acordo com o Código de Processo Penal, quando tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá:

I - Dirigir-se ao local, providenciando que não se alterem o estado das coisas até a chegada dos peritos criminais.

II - Determinar, se for o caso, a realização de exame de corpo de delito ou outras perícias.

III - Colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato, inclusive averiguar a vida pregressa do investigado.

IV - Proceder a reconhecimento de pessoas e coisas e a acareações.

V - Requerer à autoridade judiciária a apreensão dos objetos que tiverem relação com o fato.

Estão corretas somente as assertivas

a) I, II, III e IV.

b) I, III e IV.

c) I, II, III, IV e V.

d) I, II, III e V.

## **DIREITO ECONÔMICO E CONSUMIDOR**

Igor Maciel

**33.** Constitui direito básico do consumidor a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova. Sobre o tema, à luz da doutrina e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar:

a) O Código de Processo Civil de 2015, assim como o Código de Defesa do Consumidor, adotou o sistema da distribuição estática do ônus da prova, de modo que o magistrado não tem o poder de redistribuir o ônus da prova, por força de lei.

b) É pacífico o entendimento do Superior Tribunal de Justiça de que, na ação consumerista, o Ministério Público faz jus à inversão do ônus da prova, a depender daqueles que figurem como autores ou réus da demanda.

c) A inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor é regra de instrução e não regra de julgamento, motivo pelo qual a decisão judicial que a determina deve ocorrer antes da etapa instrutória ou, quando proferida em momento posterior, há que se garantir à parte a quem foi imposto o ônus a oportunidade de apresentar suas provas, sob pena de absoluto cerceamento de defesa.

d) O art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor prevê regra de inversão automática do ônus da prova, por força de lei (*ope legis*), a qual deve ser concedida de ofício pelo juiz.

**34.** Acerca da prevenção e tratamento do superendividamento, é correto afirmar:

a) As dívidas alcançadas pela prevenção e tratamento do superendividamento englobam quaisquer compromissos financeiros assumidos decorrentes de relação de consumo, operações de crédito, e compras a prazo, ressalvados os serviços de prestação continuada.

b) A prevenção e tratamento do superendividamento estão relacionados à proteção do mínimo existencial e por isso, são aplicáveis ainda que as dívidas tenham sido contraídas mediante fraude ou má-fé, sejam oriundas de contratação de produtos e serviços de luxo de alto valor.

c) É possível, desde que haja previsão expressa na oferta de crédito ao consumidor, indicar que a operação de crédito poderá ser concluída sem consulta a serviços de proteção ao crédito ou sem avaliação da situação financeira do consumidor.

d) Para o Código de Defesa do Consumidor, o custo efetivo total da operação de crédito ao consumidor consistirá em taxa percentual anual e compreenderá todos os valores cobrados do consumidor, sem prejuízo do cálculo padronizado pela autoridade reguladora do sistema financeiro.

**35.** Sobre os danos causados aos consumidores, de acordo com a jurisprudência do STJ, é correto afirmar:

- a) Em qualquer caso, o erro grosseiro de carregamento no sistema de preços e a rápida comunicação ao consumidor podem afastar a falha na prestação do serviço e o princípio da vinculação da oferta.
- b) A condenação por danos a mercadoria ou carga em transporte aéreo internacional está sujeita aos limites previstos nas convenções e tratados internacionais, sendo inaplicável o Código de Defesa do Consumidor.
- c) Constitui propaganda abusiva o lançamento de dois modelos diferentes para o mesmo automóvel, no mesmo ano, ambos anunciados como novo modelo para o próximo ano.
- d) A inserção de cartões informativos, inserts ou onserts, no interior das embalagens de cigarros constitui prática de publicidade abusiva apta a caracterizar dano moral coletivo, por transmitir elemento de persuasão ao consumidor.

---

**DIREITO CIVIL**

---

**Gustavo Arruda**

**36.** Sobre o direito das obrigações, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Havendo mais de um devedor ou mais de um credor em obrigação divisível, presume-se que na mesma obrigação concorre mais de um credor, ou mais de um devedor, cada um com direito, ou obrigado, à dívida toda.
- b) A obrigação também é indivisível, quando tem por objeto um fato não suscetível de divisão dada a razão determinante do negócio jurídico.
- c) Se, havendo dois ou mais devedores, a prestação não for divisível, cada um será obrigado somente pela sua parte, mas poderá cada um dos credores exigir a dívida inteira.
- d) NÃO perde a qualidade de indivisível a obrigação que se resolver em perdas e danos.

**37.** Sobre os vícios redibitórios, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A coisa recebida em virtude de contrato aleatório pode ser enjeitada por vícios ou defeitos ocultos, que a tornem imprópria ao uso a que é destinada, ou lhe diminuam o valor.
- b) A teoria geral dos vícios ocultos admite apenas a redibição do contrato, jamais o abatimento no preço.
- c) Se o alienante conhecia o vício ou defeito da coisa, restituirá o que recebeu com perdas e danos; se o não conhecia, tão-somente restituirá o valor recebido, mais as despesas do contrato.
- d) Em caso de vício oculto, a responsabilidade do alienante não subsiste se a coisa perecer já em poder do alienatário, afinal, *res perit domino*.

**Simuldo Juiz TRF 3º região - 31/10/2021**

**38.** Pelo contrato de seguro, o segurador se obriga, mediante o pagamento do prêmio, a garantir interesse legítimo do segurado, relativo a pessoa ou a coisa, contra riscos predeterminados. Sobre esta modalidade contratual, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Pode ser parte, no contrato de seguro, como segurador, qualquer entidade legalmente constituída de acordo com a lei brasileira e com sede no país.
- b) O contrato de seguro prova-se por todos e quaisquer meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados no Código Civil.
- c) Considera-se abusivo o contrato de seguro para garantia de risco proveniente de ato doloso do segurador ou do beneficiário, mas subsistirá o que se convencionou, se válido for na substância e na forma.
- d) No seguro de pessoas, a apólice ou o bilhete não podem ser ao portador.

**39.** Assinale a alternativa CORRETA sobre a posse.

- a) De acordo com a letra expressa do Código Civil, a posse deve ser considerada um direito real.
- b) Também se considera possuidor aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas.
- c) A boa-fé de que se cogita no direito das coisas será sempre objetiva.
- d) Salvo prova em contrário, entende-se manter a posse o mesmo caráter com que foi adquirida.

**40.** Sobre os defeitos do negócio jurídico, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O falso motivo só vicia a declaração de vontade quando exposto como razão determinante.
- b) São NULOS os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial e ANULÁVEIS quando emanarem de erro accidental.
- c) O dolo de terceiro pode anular o negócio jurídico, mesmo se a parte a quem aproveite dele não tivesse conhecimento; em caso contrário, ainda que subsista o negócio jurídico, a parte a quem aproveite responderá por todas as perdas e danos da parte a quem ludibriou.
- d) Configura-se a lesão quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.

**41.** Corre a prescrição:

- a) entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal;
- b) entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar;
- c) entre os colaterais, até o terceiro grau, por consanguinidade ou afinidade.
- d) entre tutelados ou curatelados e seus tutores ou curadores, durante a tutela ou curatela;

**Simuldo Juiz TRF 3º região - 31/10/2021**

**42.** Sobre a responsabilidade civil, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.
- b) Aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, mesmo se o causador do dano for descendente seu, absoluta ou relativamente incapaz.
- c) A responsabilidade civil é independente da criminal, o que significa ser possível questionar civilmente sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, mesmo que estas questões estejam decididas no juízo criminal.
- d) O credor que demandar o devedor antes de vencida a dívida, mesmo nos casos em que a lei o permita, ficará desobrigado a esperar o tempo que faltava para o vencimento, ocasião em que não precisará mais descontar os juros correspondentes, embora estipulados.

**43.** Sobre o direito de família, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O casamento é civil e sempre gratuito.
- b) O casamento religioso jamais terá efeito civil.
- c) Será nulo o registro civil do casamento religioso se, antes dele, qualquer dos consorciados houver contraído com outrem casamento civil.
- d) O casamento civil pode ser dissolvido pela separação.

**44.** Sobre o direito patrimonial de família, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Não se admite alteração do regime de bens, depois de celebrado e registrado o casamento.
- b) Se o pacto antenupcial for nulo, vigorará, quanto aos bens entre os cônjuges, o regime da separação total de bens.
- c) É obrigatório o regime da separação de bens no casamento da pessoa maior de 60 (sessenta) anos.
- d) Qualquer que seja o regime de bens, tanto o marido quanto a mulher podem, por exemplo, administrar os bens próprios, desobrigar ou reivindicar os imóveis que tenham sido gravados ou alienados sem o seu consentimento ou sem suprimento judicial, e reivindicar os bens comuns, móveis ou imóveis, doados ou transferidos pelo outro cônjuge ao concubino.

**45.** Sobre a sucessão dos colaterais, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Na classe dos colaterais, os mais próximos excluem os mais remotos, salvo o direito de representação concedido aos filhos de irmãos.
- b) Concorrendo à herança do falecido irmãos bilaterais com irmãos unilaterais, cada um destes herdará o mesmo do que cada um daqueles herdar.
- c) Na falta de tios, herdarão os filhos destes e, não os havendo, os irmãos.
- d) Se concorrerem à herança somente filhos de irmãos falecidos, herdarão por estirpe.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

Rodrigo Vaslin

**46.** Sobre os princípios do direito processual civil, marque a alternativa correta:

- a) O princípio da duração razoável do processo é sinônimo do princípio da rapidez ou celeridade.
- b) No processo civil, a isonomia está correlacionada ao princípio da paridade de armas, segundo o qual as partes devem ter igual oportunidade dentro do processo. Como exemplo, as partes terão prazo uniforme para interpor e contrarrazoar recursos (15 dias úteis, salvo embargos de declaração, que são 5 dias úteis).
- c) A cooperação processual é princípio que atinge apenas as partes e serventuários da justiça.
- d) O princípio da publicidade, em sua dimensão externa, não pode sofrer restrições.

**47.** Acerca das normas fundamentais do processo civil, da jurisdição e do direito de ação, julgue os itens a seguir.

I Sob pena de nulidade processual, o magistrado deve obedecer, obrigatoriamente, à ordem cronológica de conclusão dos processos aptos a julgamento para proferir decisão interlocutória ou sentença.

II O autor está autorizado a ajuizar ação meramente declaratória para declaração da falsidade ou da autenticidade de documento e também para certificar a existência, a inexistência ou o modo de ser de uma relação jurídica.

III Não há falar em decisão surpresa quando o magistrado, diante dos limites da causa de pedir, do pedido e do substrato fático delineado nos autos, realiza a tipificação jurídica da pretensão no ordenamento jurídico posto, aplicando a lei adequada à solução do conflito, ainda que as partes não a tenham invocado (*iura novit curia*) e independentemente de oitiva delas, até porque a lei deve ser do conhecimento de todos, não

podendo ninguém se dizer surpreendido com a sua aplicação.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II e III estão certos.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.

**48.** Sobre a jurisdição, marque a alternativa incorreta:

- a) Como monopólio estatal, a jurisdição é, ao mesmo tempo, poder, função e atividade, e seus critérios distintivos são o caráter substitutivo e o escopo de atuação do direito, pressupondo lide, inércia e definitividade.
- b) A jurisdição civil é regida pelas normas processuais brasileiras, não havendo ressalvas nesse sentido.
- c) A coisa julgada é atributo exclusivo da jurisdição.
- d) Pela teoria dualista da jurisdição, o Estado, por meio da jurisdição, não cria direitos, mas apenas se limita a declarar direitos preexistentes.

**49.** Ainda sobre jurisdição, é correto afirmar que

- a) ao se dizer que a lei não excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito, o ordenamento jurídico processual refere-se ao princípio da indelegabilidade.
- b) à jurisdição voluntária não se aplicam as garantias fundamentais do processo, pela inexistência de lide e pela possibilidade de se julgar por equidade.
- c) viola o princípio do Juiz natural a instituição de Câmaras de Recurso nos tribunais, por julgarem em períodos nos quais, em regra, não deve haver atividade jurisdicional.
- d) só haverá atividade jurisdicional relativa à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva reguladas em lei.

**Simuldo Juiz TRF 3º região - 31/10/2021**

**50.** Marque a alternativa que reproduz corretamente o entendimento dos tribunais superiores sobre competência:

- a) Compete à Justiça estadual julgar insolvência civil mesmo que envolva a participação da União, de entidade autárquica ou empresa pública federal.
- b) A competência prevista no § 3º do art. 109 da Constituição Federal, da Justiça comum, não pressupõe inexistência de Vara Federal na Comarca do domicílio do segurado.
- c) A competência para julgar ações contra CNJ e CNMP será atribuída ao STF ou à justiça federal de 1ª instância, a depender da matéria discutida.
- d) Compete ao STJ julgar ação proposta por Estado contra União versando sobre imunidade tributária recíproca.

**51.** Sobre a competência, julgue os itens a seguir:

I. De acordo com o princípio da tipicidade, a competência é aquela tipicamente prevista em lei lato sensu a fim de evitar que os órgãos decidam fora de seus limites

II. O instituto denominado de forum non conveniens permite que o juízo acionado recuse a prestação jurisdicional se entender comprovada a existência de outra jurisdição mais adequada aos interesses das partes e da justiça em geral.

III. É incabível agravo de instrumento para impugnar decisão que define a competência.

IV. Pelo princípio da indisponibilidade, uma vez atribuída a competência a um juízo, este não pode dela dispor.

Estão corretos:

- a) I, II e IV
- b) I e IV
- c) II e III
- d) Apenas II
- e) Apenas IV

**52.** Assinale o item que contém a resposta correta:

- a) São elementos da ação as o pedido, a causa de pedir e a legitimidade ativa e passiva.
- b) Em razão do requisito da liquidez e certeza, não se admite pedidos genéricos no direito processual brasileiro.
- c) A teoria abstrata da ação não reconhece a existência das condições da ação.
- d) Entre os elementos da ação está o pedido, que se desdobra em mediato (a providência requerida) e imediato (o bem da vida que se quer tutelar).

**53.** No que se refere a pressupostos processuais e condições da ação, assinale a opção correta.

- a) No cumprimento definitivo da sentença, é possível o reconhecimento de ofício da falta de pressuposto de constituição ocorrido na fase cognitiva, ensejando a declaração de nulidade da sentença exequenda.
- b) A falta de condição da ação, ainda que não tenha sido alegada em preliminar de contestação, poderá ser suscitada pelo réu nas razões ou em contrarrazões recursais.
- c) Constatada a carência do direito de ação, o juiz deverá determinar que o autor emende ou complemente a petição inicial e indique, com precisão, o objeto da correção ou da complementação.
- d) A inépcia da petição inicial por falta de pedido e a existência de litispendência são exemplos de defeitos processuais insanáveis que provocam o indeferimento in limine da petição inicial.

**54.** Levando em consideração o disposto no Código de Processo Civil no que diz respeito à capacidade processual, assinale a alternativa correta.

- a) O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, independentemente do regime de bens.
- b) Ambos os cônjuges serão necessariamente citados para a ação que verse sobre direito real sobre bens móveis.
- c) Poderá haver a citação de apenas um dos cônjuges para ação fundada em dívida contraída por um dos cônjuges a bem da família.
- d) O juiz nomeará curador especial ao réu preso revel, bem como ao réu revel citado por edital ou com hora certa, enquanto não for constituído advogado.

**55.** É sabido que o advogado é indispensável à administração da justiça e que a capacidade postulatória é pressuposto processual de validade dos atos decorrente da representação por advogado. Contudo, conforme o Código de Processo Civil (CPC), mesmo sem procuração o advogado pode

- a) postular em juízo para praticar ato considerado urgente.
- b) obter cópias de todo e qualquer processo independentemente da fase de tramitação.
- c) requerer vista dos autos de qualquer processo.
- d) examinar autos de todo e qualquer processo em cartório de fórum e secretaria de tribunal

## **DIREITO EMPRESARIAL**

**Alessandro Sanchez**

**56.** Em relação ao trespasse e os credores do alienante, as obrigações contratuais e a responsabilidade das partes envolvidas no negócio, é correto afirmar que:

- a) O alienante não poderá restabelecer-se no mesmo ramo, em hipótese alguma, pelo prazo máximo de 5 anos subsequentes à transferência, sob pena de responder por concorrência desleal.
- b) O contrato de locação do imóvel é transferido automaticamente para o adquirente do estabelecimento, permitindo a continuidade na exploração do estabelecimento.
- c) O alienante responderá solidariamente com o adquirente pelo prazo de 1 ano, pelas dívidas vencidas e vincendas, variando o termo inicial de contagem do prazo de acordo com a data de vencimento.
- d) As marcas de titularidade do alienante não poderiam ser cedidas isoladamente, razão pela qual se mostrava imprescindível sua transferência simultânea à do estabelecimento.

**57.** O endosso é o ato típico de transmissão dos títulos de crédito, dentre eles a Letra de Câmbio. A respeito do endosso, prevê o Anexo I do Decreto 57.663/66:

- a) É admitido o endosso parcial.
- b) O endossante poderá inserir cláusula que subordine o endosso ao cumprimento de uma condição.
- c) A partir do endosso, o endossante sempre responderá pelo aceite e pelo pagamento do título, inevitavelmente.
- d) O endosso posterior ao vencimento produz os mesmos efeitos que o anterior.

**Simuldo Juiz TRF 3º região - 31/10/2021**

**58.** Com base nas normas aplicáveis às sociedades contratuais, é CORRETO afirmar que:

- a) A incapacidade superveniente não é causa de exclusão de sócio, impondo-se a propositura de ação judicial caso a maioria dos demais sócios assim delibere.
- b) Não haverá mudança de nacionalidade de sociedade brasileira sem o consentimento unânime dos sócios.
- c) Admite-se aos cônjuges contratar sociedade, desde que casados pelo regime de separação absoluta de bens, comunhão parcial e participação final nos aquestos.
- d) O menor, absoluta ou relativamente incapaz, não pode ser sócio, desde que não tenha poder de administração.

**59.** Quem poderá consultar os assentamentos existentes nas juntas comerciais e obter certidões?

- a) A consulta é ato privativo do Ministério Público.
- b) Qualquer pessoa, sem necessidade de provar interesse, mediante pagamento do preço devido.
- c) Apenas os sócios das Empresas Mercantis registradas.
- d) Qualquer pessoa, desde que comprove formalmente a necessidade e ou interesse, mediante pagamento do preço devido.

**60.** A duplicata escritural:

- a) não carece de protesto para o ajuizamento de ação executiva;
- b) pode ser cobrada, exclusivamente, por ação monitória.
- c) não permite aceite ordinário.
- d) se vale do aceite presumido e protesto para a cobrança judicial para a execução.

**61.** Em relação à sociedade limitada,

- a) a responsabilidade de cada sócio é adstrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem a título subsidiário pela integralização do capital social.
- b) os sócios serão obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, ainda que autorizados pelo contrato, quando tais lucros ou quantias se distribuírem com prejuízo do capital.
- c) o contrato social poderá prever a regência supletiva de sua administração pelas normas das sociedades cooperativas.
- d) a administração atribuída no contrato a todos os sócios estende-se de pleno direito aos que posteriormente adquirirem essa qualidade.

---

**DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO**

---

Matheus Pontalti

**62.** É causa de suspensão da exigibilidade do crédito tributário:

- a) conversão do depósito em renda
- b) moratória
- c) pagamento
- d) isenção

**63.** Assinale a alternativa correta:

- a) É constitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar quaisquer dos tributos previstos pela Constituição.
- b) É inconstitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar tributos.
- c) É constitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar impostos, sendo vedada a sua utilização para majorar ou instituir outras espécies tributárias.
- d) É constitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar tributos, salvo com relação aqueles cuja regulamentação seja reservada à lei complementar.

**64.** Sobre os impostos de competência municipal é correto afirmar:

- a) Os municípios brasileiros devem estabelecer, por meio de lei complementar, as normas gerais definidoras do fato gerador, bases de cálculo e contribuintes e do ISSQN.
- b) O ITBI é de competência Municipal, porém compete ao Estado da situação do bem a sua instituição.
- c) O ISS é um imposto municipal, dependente de lei ordinária, porém sua estrutura normativa está disciplinada no CTN, o qual foi recepcionado como lei complementar.
- d) É defeso ao Município atualizar o IPTU, mediante Decreto, em percentual superior ao índice oficial de correção monetária.

**65.** De acordo com a jurisprudência do STF e do STJ, assinale a alternativa incorreta:

- a) Não constitui fato gerador do ICMS o deslocamento de mercadoria de um para outro estabelecimento do mesmo contribuinte
- b) Não incide ICMS sobre o fornecimento de água tratada por concessionária de serviço público
- c) O fornecimento de mercadorias com simultânea prestação de serviços em bares, restaurantes e estabelecimentos similares constitui fato gerador do ICMS a incidir sobre o valor total da operação.
- d) O ICMS incide no serviço dos provedores de acesso à Internet.

**66.** Julgue os itens a seguir:

- i) O fato gerador é instantâneo quando a sua realização se dá em um átimo de tempo, a cada nova operação realizada.
- ii) O fato gerador periódico ou complexo é aquele cuja formação ocorre ao longo de um espaço de tempo. Ao final do período previsto em lei, valoriza-se todos os fatos isolados que, somados,

tem a aptidão para fazer nascer a relação jurídica de direito tributário

iii) O fato gerador continuado é aquele que descreve uma conduta que revela um estado de permanência.

- a) Todos os itens estão corretos
- b) Nenhum dos itens estão corretos.
- c) Apenas os itens i e ii estão corretos.
- d) Apenas o item i está correto.

**67.** Sobre isenções tributárias, assinale a alternativa correta:

- a) As isenções objetivas são aquelas que levam em consideração as circunstâncias individuais do sujeito passivo.
- b) Salvo se aprovada pela maioria absoluta dos membros do Poder Legislativo, é vedada a instituição de isenções condicionadas, que são aquelas cuja fruição depende da realização de alguma contrapartida por parte do sujeito passivo.
- c) As isenções abrangem apenas os tributos, não se estendendo às penalidades pecuniárias.
- d) A isenção não pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante, sob pena de ofensa ao princípio da isonomia.

**68.** Sobre as anistias, assinale a alternativa incorreta:

- a) A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede.
- b) A anistia não pode ser concedida em caráter geral.
- c) A anistia não se aplica, salvo disposição em contrário, às infrações resultantes de conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.
- d) A anistia pode ser concedida apenas a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares.

69. Acerca da interpretação e integração da legislação tributária, é correto afirmar que:

a) os princípios gerais de direito privado utilizam-se para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, e para definição dos respectivos efeitos tributários.

b) na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará, sucessivamente, na ordem indicada, a analogia, os

os princípios gerais de direito tributário, os princípios gerais de direito público e a equidade.

c) a lei tributária que define infrações, ou lhe comina penalidades, interpreta-se sempre da maneira mais favorável ao acusado, desde que sua conduta não seja dolosa.

d) do emprego da analogia poderá resultar exigência de tributo não previsto em lei.

70. Assinale a alternativa correta, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

a) Normas relativas à prescrição e decadência em matéria tributária podem ser introduzidas por lei ordinária.

b) O serviço de iluminação pública pode ser remunerado mediante taxa.

c) A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, viola o artigo 145, II, da Constituição Federal.

d) As contribuições devidas ao Sebrae, à Apex e à ABDI foram recepcionadas pela EC 33/2001.

## DIREITO AMBIENTAL

Thiago Leite

71. Assinale a alternativa correta acerca da servidão ambiental:

a) A servidão ambiental não se aplica às Áreas de Preservação Permanente e à Reserva Legal mínima exigida.

b) A restrição ao uso ou à exploração da vegetação da área sob servidão ambiental deve ser, no mínimo, a mesma estabelecida para a área de preservação permanente.

c) É vedada, durante o prazo de vigência da servidão ambiental, a transmissão do imóvel a qualquer título.

d) O prazo mínimo da servidão ambiental temporária é de 10 (dez) anos.

72. Assinale a alternativa correta:

a) Compete aos Estados e ao DF, em conjunto, instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso.

b) Incluem-se entre os bens da União as águas subterrâneas.

c) Está sujeito à outorga de direito de uso de recursos hídricos a extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo.

d) Toda outorga de direitos de uso de recursos hídricos far-se-á por prazo não excedente a vinte e cinco anos, renovável.

**Simuldo Juiz TRF 3º região - 31/10/2021**

**73.** “Área de imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio”. Esta descrição está ligada ao conceito de:

- a) Reserva legal.
- b) Área de preservação permanente.
- c) Pequena propriedade ou posse rural familiar.
- d) Área rural consolidada.

**74.** A área mínima de reserva legal em imóvel rural localizado dentro da Amazônia Legal, em área de cerrado, é de:

- a) 80%.
- b) 35%.
- c) 20%.
- d) 60%.

**75.** Qual, das unidades de conservação abaixo, pertence ao grupo de uso sustentável?

- a) Refúgio de Vida Silvestre.
- b) Parque Nacional.
- c) Monumento Natural.
- d) Floresta Nacional.

**76.** Sobre o tema saneamento básico, assinale a alternativa correta:

- a) O plano regional de saneamento básico não dispensa a necessidade de elaboração e publicação de planos municipais de saneamento básico.
- b) Compete aos Municípios instituir diretrizes para o saneamento básico.
- c) Conceitua-se como serviços públicos de saneamento básico de interesse comum as funções públicas e serviços cujas infraestruturas e

instalações operacionais atendam a um único Município.

d) A prestação dos serviços públicos de saneamento básico por entidade que não integre a administração do titular não pode ser disciplinada mediante contrato de programa, convênio, termo de parceria ou outros instrumentos de natureza precária.

**77.** Sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, assinale a alternativa correta:

- a) A Reserva Biológica é unidade de conservação que pode ser composta por posse/domínio públicos ou privados.
- b) É proibida, para qualquer fim, a visitação pública na Reserva Biológica.
- c) O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.
- d) O órgão central do SNUC é o Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama, com as atribuições de acompanhar a implementação do Sistema.

**78.** Quanto à responsabilidade ambiental, assinale a alternativa correta:

- a) Não se admite a desconsideração da pessoa jurídica para fins de ressarcimento de danos ambientais.
- b) A responsabilidade civil ambiental é subjetiva, ou seja, independe da comprovação de culpa ou dolo.
- c) A responsabilidade administrativa ambiental é subjetiva, dependendo da comprovação de culpa ou dolo.
- d) O STJ adota, quanto à responsabilização penal da pessoa jurídica, a teoria da dupla imputação.

**79.** Armando, proprietário da fazenda “Desmate”, é réu em ação civil pública, ajuizada pelo Ministério Público, objetivando a recomposição da vegetação em área de preservação permanente, mesmo não tendo sido ele o responsável pelo desmatamento. Neste caso, a propositura da ação baseia-se, especificamente, no princípio:

- a) Da função socioambiental da propriedade.
- b) Da tipicidade.
- c) Da cooperação dos povos.
- d) Da participação.

**80.** A poluição visual é um dos problemas que constituem uma preocupação das sociedades atuais. Assim, o legislador constituinte brasileiro determinou que:

- a) Cabe à União estabelecer normas gerais sobre poluição sonora e, tanto os Estados e Distrito Federal como os Municípios podem complementar essa legislação com base em sua competência legislativa concorrente.
- b) Os Estados-membros podem suplementar a legislação federal no que couber para adotar parâmetros mais restritivos em matéria de poluição sonora.
- c) A União tem competência legislativa exclusiva em matéria de controle da poluição sonora e, assim, estabelece critérios e padrões nacionais específicos para aeronaves, veículos automotores, bares e demais atividades que provocam ruídos, como também equipamentos industriais e domésticos.
- d) Os Estados-membros têm competência legislativa residual ou remanescente em matéria de poluição sonora.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

Rodolfo Penna

**81.** Em relação à Organização Administrativa, assinale a alternativa correta:

- a) É inaplicável o regime dos precatórios às sociedades de economia mista prestadoras de serviço público próprio do Estado e de natureza não concorrencial.
- b) A alienação de controle acionário de empresas subsidiárias das empresas estatais exige a autorização legislativa.
- c) É desnecessária, em regra, lei específica para inclusão de sociedade de economia mista ou de empresa pública em programa de desestatização.
- d) As fundações públicas de direito privado fazem jus à isenção das custas processuais.

**82.** Sobre os Servidores Públicos, assinale a alternativa correta:

- a) O direito ao auxílio-alimentação se estende aos servidores inativos.
- b) O exercício da advocacia, desde que em causa própria, é compatível com as atividades desempenhadas por servidor ocupante de cargo público de agente de trânsito.
- c) É constitucional o aproveitamento de servidor, aprovado em concurso público a exigir formação de nível médio, em cargo que pressuponha escolaridade superior.
- d) O não encaminhamento de projeto de lei de revisão anual dos vencimentos dos servidores públicos não gera direito subjetivo a indenização.

**83.** Acerca dos Poderes Administrativos, é correto afirmar:

- a) A discricionariedade somente pode ser exercida em relação ao motivo e ao objeto do ato administrativo.
- b) Pode ser objeto de delegação a edição de atos de caráter normativo.
- c) O mandado de segurança contra ato administrativo no exercício de competência delegada deve ser impetrado em face da autoridade delegante, titular da competência.
- d) Nos termos da jurisprudência do STJ a aplicação da pena de demissão e de cassação de aposentadoria, quando comprovado que a conduta do investigado se amolda a essas hipóteses, é ato discricionário, cabendo à autoridade, verificados os critérios definidos em lei, aplicar penalidade mais adequada ao caso.

**84.** No que diz respeito aos Serviços Públicos, é correto afirmar:

- a) O Poder Judiciário tem competência para autorizar, desde que a título precário, a prestação de serviço de radiodifusão com finalidade exclusivamente educativa.
- b) É ilegítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais quando a inadimplência do usuário decorrer de débitos pretéritos, uma vez que a interrupção pressupõe o inadimplemento de conta regular, relativa ao mês do consumo.
- c) A transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do Poder Concedente implicará a encampação da concessão.
- d) A interrupção do serviço público, por inadimplemento do usuário, após prévio aviso poderá iniciar-se na sexta-feira. Entretanto, não poderá ocorrer no sábado ou no domingo, nem em feriado ou no dia anterior a feriado.

**85.** Sobre os Bens Públicos, assinale a alternativa correta.

- a) A ocupação indevida de bem público configura posse, suscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias
- b) Os bens das empresas públicas prestadoras de serviços públicos se sujeitam à penhora ainda que estejam diretamente ligados à prestação de serviços.
- c) As terras devolutas indispensáveis à preservação do meio ambiente são bens de titularidade da União.
- d) Entre os bens públicos, apenas os dominicais são sujeitos a usucapião, sendo imprescritíveis tanto os bens de uso comum do povo como os bens de uso especial.

**86.** Em relação aos Consórcios Públicos, assinale a alternativa incorreta.

- a) O contrato de consórcio público será celebrado com a ratificação, mediante lei, do protocolo de intenções.
- b) O consórcio público adquirirá personalidade jurídica de direito público, no caso de constituir associação pública, mediante a vigência das leis de ratificação do protocolo de intenções.
- c) É vedada a aplicação dos recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.
- d) O consórcio público, com personalidade jurídica de direito público, observará as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, à celebração de contratos, à prestação de contas e à admissão de pessoal, que será regido por estatuto próprio.

**Simuldo Juiz TRF 3º região - 31/10/2021**

**87.** Acerca da Intervenção do Estado na Propriedade Privada, assinale a alternativa correta.

- a) De acordo com o STF, o princípio da hierarquia verticalizada impede que os Estados-membros e os Municípios tombem bens de propriedade da União.
- b) Não é cabível reparação decorrente de limitações administrativas em ação de desapropriação indireta.
- c) Configura desapropriação indireta quando o Estado se limita a realizar serviços públicos de infraestrutura em gleba cuja invasão por particulares apresenta situação consolidada e irreversível.
- d) Em ação de desapropriação, é possível ao juiz determinar a realização de perícia avaliatória, ainda que os réus tenham concordado com o valor oferecido pelo Estado.

**88.** Nos termos da Lei 14.133/2021, sobre Licitações e Contratos Administrativos, é correto afirmar:

- a) A nova lei de licitações possui um prazo de *vacatio legis* de 02 (dois) anos.
- b) Os contratos que tenham por objeto operação de crédito, interno ou externo, e gestão de dívida pública não se subordinam ao regime da nova lei de licitações.
- c) A nova lei de licitações, Lei 14.133/2021, aplica-se aos contratos de prestação de serviços realizados pelos Estados, salvo os serviços técnico-profissionais especializados.
- d) Para os fins da Lei 14.133/2021, considera-se entidade a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração Pública.

**89.** Sobre Processo Administrativo Disciplinar, assinale a alternativa correta.

- a) Não é possível, via mandado de segurança, valorar a congruência entre a conduta apurada e a capitulação da pena de demissão aplicada no processo administrativo disciplinar.
- b) O mandado de segurança constitui via adequada para o exame da suficiência do conjunto fático-probatório constante do processo administrativo disciplinar.
- c) É permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, ainda que sem prévia sindicância, tendo em vista o poder-dever de autotutela imposto à Administração.
- d) A portaria de instauração do processo administrativo disciplinar prescinde da exposição detalhada dos fatos a serem apurados.

90. Acerca da jurisprudência dos Tribunais Superiores, é correto afirmar:

- a) O prazo prescricional aplicável à desapropriação indireta, na hipótese em que o Poder Público tenha realizado obras no local ou atribuído natureza de utilidade pública ou de interesse social ao imóvel, é de 15 anos.
- b) Prescreve em 05 anos as ações indenizatórias por danos morais e materiais decorrentes de atos de perseguição política com violação de direitos fundamentais ocorridos durante o regime militar.
- c) O Estado responde de forma objetiva pelos danos causados a profissional de imprensa ferido, por policiais, durante cobertura jornalística de manifestação pública em que ocorra tumulto ou conflito, desde que o jornalista não haja descumprido ostensiva e clara advertência quanto ao acesso a áreas definidas como de grave risco à sua integridade física, caso em que poderá ser aplicada a excludente da responsabilidade por culpa exclusiva da vítima.
- d) É constitucional a utilização de Decreto Legislativo estadual para a fixação de subsídio de deputados estaduais.

## DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Vanessa Arns

91. A respeito dos tratados internacionais, assinale a opção correta.

- a) Como regra, um Estado não pode invocar as disposições de seu direito interno para justificar o inadimplemento de um tratado, salvo na hipótese de violação manifesta a norma de direito interno de importância fundamental sobre competência para concluir tratados.
- b) A Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, de 1969, conceitua como tratado o acordo internacional concluído por escrito entre Estados e regido em conformidade com o direito internacional, desde que sua denominação se inicie por um dos seguintes termos: tratado, acordo ou pacto.
- c) A reserva significa uma declaração unilateral feita por um Estado, ao assinar, ratificar, aceitar ou aprovar um tratado, com o objetivo de excluir ou modificar efeito jurídico de certas disposições de um tratado multilateral ou bilateral.
- d) Para que um tratado internacional entre em vigor é necessário que ele seja registrado na Secretaria das Nações Unidas.

**Simuldo Juiz TRF 3º região - 31/10/2021**

**92.** Sobre a aplicação de tratados internacionais com normas contraditórias entre si, aponte a afirmativa incorreta:

a) quando os dois tratados não têm como contratantes os mesmos Estados, estabelecendo-se entre um Estado parte em ambos os tratados e um Estado parte somente no tratado mais recente, aplica-se o mais recente.

b) quando os dois tratados não têm como contratantes os mesmos Estados, estabelecendo-se entre um Estado parte em ambos os tratados e um Estado parte somente no tratado anterior, aplica-se o tratado anterior.

c) entre os Estados parte nos dois tratados só se aplica o anterior no que ele não for compatível com o novo tratado.

d) a violação de um tratado pode sujeitar o Estado a ser responsabilizado em âmbito internacional, sendo que os conflitos porventura existentes são na maioria das vezes resolvidos por meio de interpretação.

**93.** Sobre as fontes e características do direito internacional público, assinale a afirmativa correta:

a) Admite-se a desnecessidade de obrigatoriedade de um costume internacional se o Estado provar de forma efetiva que se opôs ao seu conteúdo desde a sua formação.

b) Não há previsão expressa de princípios gerais do direito internacional no Estatuto da CIJ.

c) O Estatuto da CIJ estabelece que as decisões proferidas pelas organizações internacionais sejam consideradas fontes do direito internacional público.

d) A corrente voluntarista considera que a obrigatoriedade do direito internacional deve basear-se no consentimento dos cidadãos.

**94.** São sujeitos de Direito Internacional Público, exceto:

a) Estados

b) Microestados

c) Organizações Internacionais

d) Organizações não-governamentais

**95.** Luiz é brasileiro naturalizado e casado com Thayse, de nacionalidade italiana. Luiz foi transferido pela empresa onde trabalha para a filial na Argentina, estabelecendo-se com sua esposa em Buenos Aires. Em 07/07/2019, lá nasceu Juliana, filha do casal, que foi registrada na repartição consular do Brasil.

De acordo com as normas constitucionais vigentes, assinale a afirmativa correta.

a) Juliana não pode ser considerada brasileira nata, em virtude de a nacionalidade brasileira de seu pai ter sido adquirida de modo derivado e pelo fato de sua mãe ser estrangeira.

b) Juliana é brasileira nata, pelo simples fato de seu pai, brasileiro, ter-se deslocado por motivo de trabalho, em nada influenciando o modo como Rafael adquiriu a nacionalidade.

c) Juliana somente será brasileira nata se vier a residir no Brasil e fizer a opção pela nacionalidade brasileira após atingir a maioridade.

d) Juliana é brasileira nata, não constituindo óbice o fato de seu pai ser brasileiro naturalizado e sua mãe, estrangeira.

**Simuldo Juiz TRF 3º região - 31/10/2021**

**96.** Sobre o auxílio direto na cooperação internacional, é incorreto afirmar:

- a) O auxílio direto pode ser utilizado para obtenção e prestação de informações sobre o ordenamento jurídico e sobre processos administrativos, inclusive os finalizados
- b) Por meio do pedido de auxílio direto é possível realizar a colheita de provas, salvo se a medida for adotada em processo, em curso no estrangeiro, de competência exclusiva de autoridade judiciária brasileira.
- c) A solicitação de auxílio direto será encaminhada pelo órgão estrangeiro interessado à autoridade central, cabendo ao Estado requerido assegurar a autenticidade e a clareza do pedido.
- d) O Ministério Público poderá requerer em juízo a medida solicitada pela via do auxílio direto passivo, nos casos em que for autoridade central.

**97.** Sobre o sistema de regulação de investimentos e fluxo de capital estrangeiro no atual ordenamento jurídico da República Federativa do Brasil, assinale a afirmativa incorreta.

- a) É vedada a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, uma vez que sua propriedade é privativa de brasileiros natos.
- b) A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País.
- c) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação.

d) A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, em qualquer meio de comunicação social..

---

**DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO****Vanessa Arns**

**98.** João e Maria se casaram no Brasil e se mudaram para a Itália, onde permaneceram por quase 4 anos. Após um período difícil, o casal, que não tem filhos, nem bens, decide, de comum acordo, se divorciar e Maria pretende retornar ao Brasil.

Com relação à dissolução do casamento, assinale a afirmativa correta

- a) O divórcio só poderá ser requerido no Brasil, já que o casamento foi realizado no Brasil.
- b) O divórcio, se efetivado na Itália, precisa ser reconhecido e homologado perante o STJ para que tenha validade no Brasil.
- c) O divórcio consensual pode ser reconhecido no Brasil sem que seja necessário proceder à homologação.
- d) Para requerer o divórcio no Brasil, o casal deverá, primeiramente, voltar a residir no país.

**99.** Omar, filho concebido fora do matrimônio, requereu, na justiça brasileira, pensão alimentícia do pai, Mohamed, residente e domiciliado no Brasil. Said negou e não reconheceu Omar como filho, alegando que, perante a Tunísia, país no qual ambos nasceram, somente são reconhecidos como filhos os concebidos no curso do matrimônio.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta à luz da legislação brasileira de direito internacional privado.

- a) A reserva da ordem pública não está expressa na Lei de Introdução às Normas do Direito brasileiro.
- b) O juiz, ao julgar a referida relação jurídica, deve obedecer à lei da Tunísia.
- c) Nesse caso, não se aplicam normas de ordem pública, pois se trata de relação jurídica de direito internacional privado, e não, de direito internacional público.
- d) O juiz não deverá aplicar, nessa situação, o direito estrangeiro.

**100.** No que diz respeito às fontes do direito internacional privado, ao conflito de leis, ao reenvio e à interpretação do direito estrangeiro, assinale a opção correta.

- a) A prova dos fatos ocorridos em país estrangeiro rege-se pela lei que nele vigorar, quanto ao ônus e aos meios de produzir-se, não admitindo, porém, os tribunais brasileiros provas que a lei brasileira desconheça.
- b) As partes têm liberdade para escolher a lei de regência em contratos internacionais em razão da regra geral da autonomia da vontade, em matéria contratual. Nesse sentido, as leis, atos e sentenças de outro país, bem como quaisquer declarações de vontade, terão plena eficácia no Brasil, independentemente de qualquer condição ou ressalva.

c) Entre as fontes do direito internacional privado incluem-se as convenções internacionais, o costume internacional e os princípios gerais do direito, mas não as decisões judiciais e a doutrina dos juristas, estas, somente obrigatórias para as partes litigantes e a respeito dos casos em questão.

d) Embora entenda o STF que haja paridade entre o tratado e a lei nacional, esse tribunal firmou a tese de que, no conflito entre tratado de qualquer natureza e lei posterior, esta há sempre de prevalecer, pois a CF não garante privilégio hierárquico do tratado sobre a lei, sendo inevitável que se garanta a autoridade da norma mais recente.

## Preencha seu Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-Juiz-TRF3-31-10-2021>

### NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

### CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!*

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>

---